

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# MILITARES EM MARCHA: REAÇÕES À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A (RE)ATUALIZAÇÃO DA POLITIZAÇÃO CASTRENSE

Matheus Balbino Gomes, Maria do Socorro Sousa Braga

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13169>

Submetido em: 2025-09-03

Postado em: 2025-09-04 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

# MILITARES EM MARCHA: REAÇÕES À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A (RE)ATULIZAÇÃO DA POLITIZAÇÃO CASTRENSE

**MATHEUS BALBINO GOMES**

**ORCID:** <https://orcid.org/0009-0004-8592-1921>  
[matheusb.gomes10@gmail.com](mailto:matheusb.gomes10@gmail.com)

**MARIA DO SOCORRO SOUSA BRAGA**

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2141-9778>  
[msbraga@ufscar.br](mailto:msbraga@ufscar.br)

**RESUMO:** Este artigo analisa a 304ª Reunião do Alto Comando do Exército (RACE), realizada em fevereiro de 2016, como um ponto de inflexão na inserção política da cúpula militar brasileira. Argumenta-se que o encontro não se restringiu a uma rotina administrativa, mas funcionou como espaço de mobilização no qual memória autoritária, redes de oficiais-generais e circulação para cargos civis se entrecruzaram, conformando a base do chamado Partido Militar. A pesquisa parte de três procedimentos metodológicos complementares: (i) análise de discurso de manifestações públicas dos generais; (ii) levantamento sistemático dos cargos ocupados pelos 17 oficiais presentes à reunião, a partir de dados oficiais do Diário Oficial da União e de fontes secundárias; e (iii) aplicação da lógica do *process tracing*, reconstruindo a sequência causal que conecta a 304ª RACE à projeção político-institucional dos militares nos governos Temer e Bolsonaro. Os resultados indicam que a reunião de 2016 operou como um verdadeiro “banco de quadros”, projetando lideranças para posições estratégicas no Estado e reatualizando a tutela militar como horizonte de ação política, em um movimento que evidencia os limites da democracia brasileira.

**Palavras-chave:** Forças Armadas; Partido Militar; Memória autoritária; Tutela militar, Comissão Nacional da Verdade, Democracia brasileira

## MILITARY ON THE MARCH: REACTIONS TO THE NATIONAL TRUTH COMMISSION AND THE (RE)ACTIVATION OF MILITARY POLITICIZATION

**ABSTRACT:** This article analyzes the 304th Meeting of the Army High Command (RACE), held in February 2016, as a turning point in the political engagement of the Brazilian military leadership. It is argued that the meeting went beyond routine administrative matters,

functioning as a mobilization space where authoritarian memory, networks of general officers, and circulation into civilian positions intersected, forming the foundation of the so-called Military Party. The research follows three complementary methodological procedures: (i) discourse analysis of public statements by generals; (ii) a systematic survey of positions held by the 17 officers present at the meeting, based on official data from the *Diário Oficial da União* and secondary sources; and (iii) application of process-tracing logic to reconstruct the causal sequence linking the 304th RACE to the military's political-institutional rise during the Temer and Bolsonaro governments. The results indicate that the 2016 meeting operated as a true “cadre pool”, taking leaders to strategic state positions and reactivating military tutelage as a horizon of political action, highlighting the limits of Brazilian democracy.

**Keywords:** Armed Forces; Military Party; Authoritarian Memory; Military Tutelage; National Truth Commission; Brazilian Democracy

## INTRODUÇÃO

A influência dos militares na política institucional brasileira constitui um dos traços mais marcantes das limitações da transição do regime autoritário conduzido pelas Forças Armadas entre 1964 e 1985 para a redemocratização. Consonante à literatura sobre o tema, o longo processo de liberalização e a condução hierarquicamente concentrada conferiram o retorno ao quartel de maneira silenciosa, com garantias impositivas de impunidade junto às elites políticas e, sobretudo, de controle sobre a memória coletiva do período ditatorial. Conformado ao longo da construção sociopolítica da instituição, manteve-se o padrão contínuo de presença das Forças Armadas na vida política, em que a mitigação do contraditório permitiu mecanismos de reatualização de práticas endógenas e impositivas ao poder civil, amparadas pelo histórico de aprovação junto à opinião pública. Esse movimento, que desafiou o processo inconcluso de redemocratização e consolidação democrática, ganhou contornos ainda mais evidentes na última década, quando a alta cúpula do Exército tornou públicas suas insatisfações com o governo civil e assumiu protagonismo nas disputas políticas e na formulação de políticas nacionais. Não se trata, portanto, de um fenômeno circunscrito e descontextualizado: a noção de Partido Militar emerge como chave interpretativa da concepção institucional-organizacional, permitindo compreender não somente a densidade dessa inserção, mas também sua capacidade de se constituir como ator programático no interior da democracia.

A politização da corporação militar, como resultado direto da carência de controle civil efetivo, se dá em detrimento das práticas inerentes ao regime democrático, evidenciando o

caráter antiprofissional das Forças Armadas brasileiras (Winand; Saint-Pierre, 2007, p. 34). Como aponta Antonio Peixoto (1980), tal fenômeno ocorre na confluência de interesses entre setores da classe política civil e elites militares, destacando o papel desempenhado pela hierarquia deste último grupo, ao reconhecer que “só a hierarquia pode dar ordem de marcha” (p. 36-37) aos demais membros da corporação. Considerando-se os aspectos empíricos, observa-se que, no período imediatamente posterior à Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2012–2014), consolidou-se um impasse em torno das disputas pela memória do regime autoritário. As reações críticas ao relatório da CNV — em especial a negação das violações e a defesa da ditadura de 1964 como um “contragolpe” — evidenciaram que o passado continuava sendo mobilizado como recurso político. É nesse contexto que a análise da 304ª Reunião do Alto Comando do Exército (RACE), realizada em fevereiro de 2016, se torna fundamental para decifrar a articulação entre memória, identidade corporativa e projeção política, constituindo um ponto de inflexão que ajuda a compreender a posterior ascensão militar no governo presidencial de Temer e Bolsonaro.

É nesse marco que se insere a questão que orienta este artigo: de que modo a 304ª RACE projetou a inserção política de integrantes da cúpula do Exército brasileiro e contribuiu para rearticulação do Partido Militar no governo Bolsonaro? Mais do que um evento administrativo recorrente, a reunião ocorreu em meio aos impasses entre a instituição castrense e o governo presidencial, intensificados desde a publicação do relatório final da CNV, em dezembro de 2014. Anos mais tarde, esse período seria acusado por oficiais do próprio ACE como o momento em que se teria aberto o fosso entre militares e civis (Castro, 2021; Victor, 2022). Nesse sentido, a 304ª RACE deve ser lida como um espaço de mobilização política no qual memória autoritária, redes de oficiais-generais e circulação para cargos civis se entrecruzaram. Considerando a adesão de 16 generais a cargos nos governos posteriores ao impeachment de Dilma Rousseff (Souza, 2021; Barrocal, 2021), parte-se da hipótese de que a reunião funcionou como uma espécie de “banco de quadros”, de onde se irradiaram lideranças para posições centrais no Estado brasileiro. Mais do que coincidência temporal, tratou-se de um movimento em que a memória autoritária foi mobilizada como recurso de legitimação no presente, reatualizando a tutela militar como horizonte de ação política. Ao ocupar postos de comando no Executivo federal, em estatais estratégicas, em governos estaduais ou em representações diplomáticas, os generais projetaram a centralidade do Exército na cena pública e consolidaram um núcleo de identidade institucional resistente ao controle civil.

Para sustentar essa análise, o artigo mobiliza três procedimentos metodológicos complementares que dialogam com a literatura sobre tutela militar e memória autoritária. Primeiro, realiza-se uma análise de discurso das manifestações públicas dos generais com base na abordagem sociocognitiva de van Dijk (2015), permitindo captar não somente os conteúdos explícitos, mas também os quadros de sentido e as representações sociais que sustentam a narrativa de legitimidade militar frente ao poder civil. Segundo, procede-se ao levantamento sistemático de cargos civis ocupados pelos 17 generais que integravam a mesa da 304ª RACE, a partir de dados oficiais do Diário Oficial da União e de fontes secundárias, organizados em quadro comparativo, o que possibilita observar empiricamente a circulação institucional de oficiais-generais e a constituição do que a literatura tem descrito como Partido Militar. Por fim, adota-se a lógica do *process tracing* (Cunha, 2018) - conforme desenho analítico encontra-se no Apêndice D, articulado às bases empíricas sistematizadas nos Apêndices A, B e C -, reconstruindo a sequência causal que liga o encontro de 2016 à projeção político-institucional da cúpula militar no governo Temer e Bolsonaro, entendendo esse processo como resultado da articulação entre memória autoritário e práticas de ocupação de espaços do poder civil do presente.

A argumentação organiza-se em três movimentos articulados. O primeiro recupera os aportes teóricos sobre memória, tutela militar e a categoria de Partido Militar como ferramenta de análise, entendendo-os não como conceitos descritivos, mas como chaves para decifrar as permanências autoritárias na democracia brasileira. O segundo reconstrói os antecedentes históricos, situando-se do relatório da CNV às disputas político-institucionais recentes, a fim de mostrar como o embate em torno da memória da ditadura produziu fissuras no pacto democrático e reatualizou a legitimidade política dos militares. O terceiro desenvolve a análise empírica da 304ª RACE, explorando dados sobre cargos ocupados, discursos proferidos e trajetórias individuais, de modo a demonstrar que o encontro de 2016 não se restringiu a uma rotina administrativa, mas operou como um ponto de inflexão a partir do qual a cúpula do Exército projetou-se como ator coletivo, conformando um Partido Militar com capacidade de intervenção direta no Estado e no jogo democrático.

## 1 MARCO TEÓRICO

### 1.1 Relações civis-militar e controle civil

Este trabalho tem como premissa estruturante o controle civil sobre as Forças Armadas como condição inerente aos regimes democráticos em estágio avançado ou consolidado, observando não somente as garantias positivadas por meio dos ordenamentos jurídicos, mas também sobre a cultura e organização subjacentes. Ao definir os parâmetros elementares do governo estatal sobre os militares, enquanto instituição que compõe o Estado, Samuel Huntington (2016) preconiza a necessidade de profissionalização dos oficiais, voltada não somente à limitação de suas atividades com o intuito de garantir a soberania nacional em função dos conflitos internacionais. Outrossim, o autor destaca as práticas civis de aspecto objetivo e substantivo sob as forças militares, de modo que impeça o levante sobre as políticas nacionais. Em sua definição, o controle civil substantivo é descrito como a maximização do poder de grupos civis específicos sobre os militares, enquanto o controle civil objetivo é definido como a maximização do profissionalismo militar, tornando os militares politicamente neutros e instrumentos do Estado. Não obstante, a reconhecida relação de conflitos e interesses entre os setores da classe política, tende a dificultar a maximização do poder com respeito aos militares, quando não os instrumentalizam em busca de interesses particulares e/ou sectários.

No Brasil, a construção sociopolítica da corporação militar marcada pelo baixo controle governamental, e, sobretudo, por sua intervenção sobre a política institucional nos momentos de maior relevância nacional, permitem a esses agentes a influência sobre a opinião pública e garantias organizações endógenas, aliançados a interesses de grupos civis. De forma mais evidente, o conteúdo em tela pode ser constatado nos 21 anos do regime militar iniciado a partir do Golpe de 1964. De igual modo, a distensão conduzida pelos militares sob a diretriz à abertura política “lenta, gradual e segura”, iniciada em 1974 durante o mandato do 4º general-presidente do regime, Ernesto Geisel, não se deu de forma homogênea no interior da instituição castrense, dado a composição de interesses variados, compostos por setores militares divididos entre: 1. os que compunham o governo; 2. os militares, enquanto instituição estatal, e 3. a comunidade de segurança responsável diretamente pelos planejamentos e execução da repressão (Chirio, 2012). Conforme aponta Alfred Stepan (1986), a iniciativa, conduzida majoritariamente pelos dois primeiros grupos, produziu um arranjo ambíguo no qual persistiu a autonomia castrense em áreas estatais sensíveis, limitando a capacidade de direção civil.

Em dissonância aos países do Cone Sul (Argentina, Brasil e Chile), semelhantes e contemporâneos do modelo de regime autoritário conduzido pelos militares, o caso brasileiro configura-se como o de maior prevalência de controle dos agentes repressores. Embora o setor repressivo entre os militares, conhecidos como a “linha-dura” da corporação e mais desejosos pela continuidade do regime, tenha sido parcialmente reprimido e silenciado nos anos finais da ditadura, não é possível dizer que tenha sido exposto, punido e tão pouco desconsiderado no que concerne as condicionantes impostas para a transição. As necessidades das medidas por eles adotadas foram justificadas pela ingerência dos governos civis; a necessidade de tutela militar como estabilizador do regime democrático, a projeção da corporação como guardiões da moralidade e dos valores cívicos; mantendo o caráter corporativista entre os oficiais em nome da instituição. Passados os 40 anos de redemocratização, embora os marcos legais indiquem subordinação, a atuação dos oficiais como *vetor players* reincide também no plano simbólico, por meio de narrativas que moldam fronteiras de autoridade e aceitabilidade (D’Araujo, 2012). Conforme se propõe elucidar ao longo deste trabalho, é nesse plano de sentidos que reaparece na política institucional, reconfigurado, o repertório da chamada “linha-dura”.

## 1.2 “Linha-dura”: Conceito e reatualização

A categorização de grupos militares no interior das Forças Armadas brasileira, especificamente no Exército, parte da concepção sumária evidenciada pela literatura sobre o tema da não homogeneidade política dos oficiais, embora a instituição se constitua reconhecidamente por diretrizes disciplinar e hierárquica. As divisões internas não se apresentaram historicamente suficientes para insuflar sua coesão e o pensamento hegemônico, o que cumpre neste sentido destacar não o viés apolítico, mas o uso de mecanismos hierárquicos suficientemente capazes de reprimir iniciativas que fira o caráter disciplinar interpretado subjetivamente pelo Alto Comando do Exército (ACE) de ocasião. A título de exemplo, a história nos remete a casos específicos, como a revolta dos marinheiros em março de 1964 apontada como um dos estopins ao golpe; o uso do Ato Institucional n.º 5 para aposentar compulsoriamente o ministro do Supremo Tribunal Federal e general Peri Bevilacqua, no momento que passou a discordar dos excessos autoritários do regime; bem como as tantas outras denúncias relatadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) de violações de direitos humanos contra militares que discordaram em algum aspecto dos ideais governistas de seus companheiros; e de forma ainda mais estridente a exoneração do ministro do Exército, general Sylvio Frota, representante da linha-dura nos anos finais durante da

ditadura, assíduo opositor e mobilizador as medidas governistas de distensão e retorno democrático.

Neste sentido, pode-se compreender a linha-dura como um conjunto de crenças e práticas que naturalizam a tutela militar sobre a política mobilizando instrumentos estruturantes da organização castrense, tendo em vista a legitimidade da interferência política por meio de regimes de exceção como “defesa da ordem”. Ao estudar a política nos quartéis durante o regime militar, Maud Chirio (2012) aponta a existência de duas gerações compostas por oficiais contestadores e forças motrizes do autoritarismo, que, em seu exímio, deixaram marcas nas escolhas políticas dos generais-presidentes (p. 234-235). Segundo a autora, a primeira geração se apresenta nos anos seguintes ao golpe, mobilizando ideais encarnadas na contraposição ao anticomunismo, antinacionalismo e setores políticos e civis contrários às reformas de base de favorecimento às classes subalternas. Escanteados pela imposição hierárquica do “regime dos generais”, a primeira geração sucedeu na adesão política partidária de seus integrantes à oposição democrática e, outra parte, apresentou-se de forma mais latente nos anos finais da década de 1970. Recusando-se a saída da excepcionalidade, o grupo identificado como a segunda geração da mesma facção, reencarnava o ímpeto revolucionário do Golpe de 64, justificando as medidas repressivas, não mais requerendo para si posições políticas, mas sim a conservação das premissas do Estado policial exercidos por estes agentes da repressão. Em que pese as divergências operacionais e supressões intramilitar aos extremistas, o cerne da ideologia mobilizada contra a classe política institucional dos governos civis se manteve no interior das Forças Armadas no ideal do moralismo anticivilista e definição do patriotismo sectário e excludente.

### **1.3 Justiça de transição e disputa de memória**

A manutenção de tais arcabouços mobilizadores no interior da corporação militar, embora parcialmente suprimidas, e o modo de retorno ao regime democrático a partir de 1985 apresentam elementos que retroalimentam a endogenia impeditiva da plena justiça de transição no país. Os impactos do retorno controlado por si, e não impositivo aos quartéis tem como efeito objetivo as condicionantes à renúncia do poder, sendo o primeiro delas a promulgação da Lei da Anistia n.º 6.683/79, que garantiu impunidade aos agentes do Estado responsáveis por práticas de violações dos direitos humanos, seguida pela entrega do poder ao setor civil favorável ao regime militar, evitando medidas tidas pelos oficiais como “revanchistas” e mitigando possíveis desligamentos dos sistemas de informações estatais relacionados à segurança nacional (D’Araújo, 2012; Stepan, 1986). No âmbito da opinião

pública, Juan Linz e Stepan (1999) apontam que uma das consequências nefastas da longa e cerceada transição democrática brasileira encontra lastros sobre a percepção positiva de parte significativa da população sobre a eficácia e legitimidade dos governos militares. A conjunção dos fatores em tela, não ao acaso, incidiu no estranho movimento desses agentes na seara institucional, aclamando à sociedade o esquecimento dos anos em que conduziram a política nacional (Rollemberg, 2014).

Por fim, o avanço de medidas institucionais expôs a dicotomia narrativa entre os perseguidores e perseguidos durante os governos autoritário, elucidando o peso político e simbólico da construção da memória coletiva e seu potencial mobilizador. Os elementos historiográficos nos permitem dizer em parte que o silenciamento imposto aos militares extremistas pelos generais governistas, ressoaram em medidas impostas por meio de *lobbies* e ameaças, na preservação da autonomia intensificada durante o governo castrense, sobretudo sobre o que diz a sua estrutura organizacional. Conforme se pretende mostrar ao longo deste trabalho, o movimento disruptivo ao pacto gestou-se entre os anos seguintes a instalação da Comissão Nacional da Verdade<sup>1</sup> em 2012, alcançando seu ápice no fim de 2014. A publicação do relatório final expôs os mecanismos institucionais utilizados às graves violações humanitárias, por meio de investigação documental dos aparelhos militares e relatos das vítimas outrora silenciadas. Tais reações se organizam por meio de dispositivos simbólicos mobilizados por integrantes do ACE, que em nome da corporação expõem sua insatisfação e ampliam a presença discursiva castrense na esfera pública.

#### **1.4 Dispositivos simbólicos: como se produz autoridade**

Os episódios contemporâneos de tensionamento entre os governos civis e militares são em sua maioria subjacentes e sintomáticos aos quistos autoritários do *modus operante* do período ditatorial. Como explicita os tópicos à frente, os discursos de oficiais militares operam na produção e manutenção de sentidos políticos que tensionam o controle civil e desafiam os marcos necessários à consolidação democrática no Brasil. A luz dos elementos apresentados por Chirio (2012) na primeira e segunda geração da linha-dura, é possível notar a conjunção de ideias de ambas as gerações no movimento reaglutinação dos oficiais, sobretudo no que dispõe sobre a necessidade de reestruturação institucional com vistas a adaptação funcional dos militares ao regime democrático. Neste sentido, as reações dos oficiais no fim de 2014, rearticulam para dentro e fora dos aparelhos institucionais a

---

<sup>1</sup> A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instaurada pela lei 12.528/2011 no governo Dilma Rousseff (PT).

mobilização dos valores morais e éticos superiores a sociedade civil, a necessidade de eliminar da classe política os inimigos internos à Nação, e sobretudo o caráter ilibado e saudosista do regime militar. Combinado a insatisfação de setores da elite econômica e política, que viam o país caminhar para o quarto mandato presidencial de linha progressista, incidindo no encontro dos encaixos da consolidação democrática: as limitações impostas durante a transição e a incapacidade estatal de avanços ao combate das desigualdades econômicas existentes (Linz; Stepan, 1999).

Embora os resultados econômicos do governo militar sejam contraditórios, considerado o milagre seguido pelo avanço da dívida externa, este trabalho corrobora ao entendimento de que foram os valores culturais o fator significativo à politização castrense. Tal como apresentado por Karl Schuster e Francisco Teixeira da Silva (2021), “a persistência de instituições retroalimentadas pelo *habitus* autoritário relaciona-se diretamente com as escolas/academias militares, os serviços de informações e sua ideologia de “inimigo interno” e a formação do Alto Comando do Exército/ACE” (p. 18). Outrossim, a tentativa de ressignificação de sentido do passado autoritário por meio da CNV não somente encontra resposta responsiva dos oficiais, como também sua rejeição de conscientização das massas diante da decadência dos vencidos (Rollemberg, 2014). Não obstante, em contraposição as propostas de orientação ao avanço democrático, no Brasil recente, a liturgia do 31 de março, as homenagens a agentes e medidas de repressão operam como pedagógicas de memória que normalizam a exceção, mobiliza e garantem ganhos políticos de agenda e eleitorais. Embora reportagens jornalísticas apresentem argumentos que consideram a politização dos militares, tais dispositivos apontam o movimento contrário, quer seja: a militarização da política, considerada a instrumentalização de capitais simbólicos de interesse corporativo em detrimento a condução impositiva do governo civil sobre a instituição.

### **1.5 Militarização da política e Partido Militar**

A compreensão da militarização da política cumpre destacar como um dos elementos estruturantes da organização armada que foram mobilizados com o fim de ganho político, composto pela sucessão de eventos intervencionistas de atores fardados na política institucional. Conforme apontado anteriormente, a ambição de despolitização partidária no interior do Exército é uma premissa histórica entre seus comandantes, ainda que isso não compreenda o uso da corporação para fins políticos ao sabor do tempo (Carvalho, 2019), as recorrentes intervenções com vistas a segurança nacional são exemplos cristalinos deste princípio (Lentz, 2022). Embora se reconheça a existência de alianças de interesse e apoio

entre os oficiais e setores da sociedade civil e política, a concepção institucional-organizacional, nos permite explicar em profundidade, por meio do isolamento do objeto de pesquisa, as motivações de entrada e saída do fenômeno militar, em última instância tornando-o autoexplicativo, embora não descontextualizado. Partindo-se desse pressuposto, Alain Rouquié (1990) define Partido Militar como conceito enfatizando episódios, “em que o exército e política se relacionam e as instâncias institucionais de inserção da política no aparelho militar (vice-versa)” (p. 13), funcionando no procedimento relacional triangular, entre os três conjuntos de agentes: setores civis, correntes militares e as estruturas do alto comando (Peixoto, 1990, p. 34).

A compreensão da ação política dos militares por meio do conceito de Partido Militar não pressupõe a existência de definição de viés partidário homogênea no interior da instituição, tão pouco a existência de legenda formal com participação de quadros e massas no sentido usual pela Ciência Política. No entanto, as formas de comportamento não se eximem a influência do sistema partidário e comportamento conforme o mesmo, distinguindo sua atuação pelo viés institucional, quando tomado em nome da corporação; corporativa, em representações políticas ou sindicais; e pessoal, quando oficiais exercem papel definido constitucionalmente sobre premissa civil (Penido; Mathias, 2021). Conforme dito anteriormente, parte da literatura sobre o tema reconhece que, embora não estritamente condizente, a presença de militares no caso brasileiro tornou-se usual, sendo as intervenções direta somente em momentos de ápice do fenômeno recorrente. De todo modo, o efeito de sua participação na política institucional não configura por si só a militarização, ressaltando a perspectiva aqui proposta de compreensão da politização intramilitar, para inferir seus efeitos na política institucional. Cabe ainda ressaltar que o efeito de sua participação nos regimes políticos é também reflexo do grau de distinção entre os militares, o sistema político e demais agentes civis, advertindo o ideal inculcado dos oficiais brasileiros de desassociação e superioridade tecno-moral da sociedade civil.

Dado o recorte episódio proposto neste trabalho, a mobilização do Partido Militar parece se consolidar processualmente entre os anos de 2014 e 2016, correspondendo ao período de divulgação do relatório final da CNV e ao ápice da crise política que incidiu no impeachment presidencial. Apesar do fator não ser causa direta ou isolada da ruptura institucional, o que se busca evidenciar é a reaglutinação em torno dos ideais de setores extremistas da categoria militar, como parte do projeto-político partidário em contraposição a subordinação ao poder civil positivado na Constituição de 1988 (Schuster; Teixeira da Silva, 2021). Conforme apresentado anteriormente, o movimento se coaduna aos interesses de

setores civis e políticos detentores majoritários dos aparelhos sociais de hegemonia. No caso dos oficiais castrenses, observa-se que “prerrogativas e níveis de autonomia que lhes permitem localizar fissuras no quadro político nacional, [...]. Por tais fendas, facilmente detectadas, os militares infiltram-se para disputar protagonismo político em decisões nacionais” (Winand; Saint-Pierre, 2007, p. 34). Outrossim, a mobilização de integrantes do ACE apresenta elementos semelhantes aos movimentos de mobilização partidária, por sua vez, incompatível com a funcionalidade institucional, mas que parecem coincidir com o comissionamento político nos anos posteriores (Souza, 2021, p. 198).

### **1.6 Autonomia militar: dimensões e impactos**

Os vieses de atuação castrense na política institucional se combinam em maior e/ou menor grau com as distintas formas de endogenia da corporação em relação ao poder civil, ou seja: a autonomia operacional, como os processos educacionais; administrativa, como as definições de promoção; e política, sendo esta última elemento motriz desta análise. Dito isto, os posicionamentos e discursos dos oficiais são exemplos translúcidos dos dispositivos de veto e tutela no que diz respeito às narrativas contrafactuais do período ditatorial. Relatos de bastidores da CNV, narrados pelo jornalista Fabio Victor (2022), apontam o descontentamento e domínio narrativo dos militares sob a Comissão, a exemplo da limitação de acesso aos documentos históricos existentes nos aparelhos castrenses. A respostas conformistas do ministro da Defesa a época, Celso Amorim, de que aquele seria o limite coercitivo de cooperação da força (2022, p. 26) é sobretudo sintomática. A imposição limitante não conseguiu mitigar o desgosto interno da tropa em reação as medidas do governo civil. Analisando de forma retrospectiva, o período representa a quebra do pacto de silêncio, como confirmado em 2019 pelo general Sérgio Etchegoyen de que os trabalhos da CNV (...) “abriu um fosso monumental entre as Forças Armadas e a Presidência da República” (Victor, 2019, p. 47). Considerado pelos oficiais como uma iniciativa de viés revanchista, o posicionamento público do general foi apenas o primeiro diante das insatisfações em resguardo a defesa da honra militar e dos agentes que compuseram as gerações da linha-dura durante o regime militar.

Diante do exposto derivam quatro hipóteses que orientam a análise empírica e a aplicação das categorias discutidas. No plano simbólico, a primeira hipótese sustenta que quanto mais presentes os repertórios saudosistas da linha-dura nos discursos dos oficiais, maior tende a ser a legitimação de interferências militares na política. A segunda considera que os dispositivos de memória acionados pelos generais — como a liturgia do 31 de março,

as homenagens a agentes de repressão ou a deslegitimação da Comissão Nacional da Verdade — reconfiguram narrativas coletivas, reforçando a leitura pró-1964 e a impunidade histórica. Já no plano organizacional e político, a terceira hipótese propõe que a intensificação da politização castrense se manifesta na construção de pontes entre os militares e atores partidários, conformando agendas comuns que desafiam a neutralidade institucional prevista na Constituição de 1988. Por fim, a quarta hipótese defende que o chamado Partido Militar atua como mecanismo de coordenação de carreiras e de enquadramento discursivo, garantindo à corporação maior autonomia e capacidade de intervenção no jogo político. É a partir dessas hipóteses que se orienta a análise a seguir, centrada nas manifestações públicas e institucionais dos generais do Alto Comando entre 2014 e 2016, quando a disputa de sentidos sobre democracia, memória e tutela militar atingiu seu ápice.

## 2 DA CNV ÀS DISPUTAS POLÍTICAS

A perspectiva indutiva dos militares sobre a política institucional, sobretudo nos últimos anos, estrutura este trabalho ao orientar a análise dos significados sociopolíticos defendidos e articulados por esses agentes. Parte-se do entendimento de que tal processo revela, em primeiro lugar, a politização dos militares a partir dos valores estruturantes de sua organização corporativa; e, em decorrência disso, a militarização da política, como efeito secundário da incorporação dessa gramática militar ao campo político. À luz das categorias discutidas no tópico anterior, os elementos discursivos em torno da CNV permitem reconstituir as disputas políticas sobre a memória, nas quais o regime de 1964, seus agentes e a própria corporação militar retornam ao centro da arena pública. Em que pese a solidez hierárquica da instituição, e a prerrogativa de não sofrer penalidades pelas reações individuais, observada em eventos anteriores, bem como a permanência ou promoção ao ACE relevam o poder de agência e a semelhança entre valores propalados nos aparelhos institucionais e na mídia secular, aqueles estruturantes a tropa em relação ao seu papel no Estado e ao governo civil.

Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2014) apontam brilhantemente o valor orgânico e subjetivo do passado histórico, em que o distanciamento nos permite emitir melhores juízos e compreender seus efeitos com maior lucidez. Os autores, no entanto, não pareciam contar com o remanescente ideológico pró-ditatorial preservado nas casernas e apoiadores fora delas. A instalação da CNV (2012) e a divulgação do relatório (2014) agiram como gatilhos de reorganização discursiva no interior do Exército: ampliaram a visibilidade das violações e, simultaneamente, catalisaram respostas públicas de deslegitimação. O discurso saudosista

dos oficiais que antes pareciam dispersamente também em negação aos fatos, passou a ser tratado com honra diante de um governo civil desidratado, não obstante, a ineficiência do poder executivo semelhou-se a necessidade de combate ao comunismo em 1964, em um país que rumava às práticas teóricas da extrema-direita. Nos meses seguintes a publicação do relatório final, a fidelidade ideológica colocou em marcha o posicionamento dos oficiais que saíram em defesa não somente do regime militar, como também da memória dos heróis da “contrarrevolução”, apontados pela Comissão como agentes protagonistas da tortura, a exemplo, o general Leônidas Pires, general Leo Guedes Etchegoyen e coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Presentes no cotidiano nacional em medidas de segurança pública, portadores históricos do maior percentual de confiança entre as instituições políticas e partidárias junto à opinião pública e envoltos por clamor de “Intervenção Federal Já!”, os militares ganhavam manchete nos principais jornais do país. Carlos Gallo (2024) aponta que enquanto as Forças Armadas, absteram-se a qualquer comentário durante os trabalhos da Comissão, diferentemente de militares da reserva e clubes militares, após a publicação do relatório os militares da ativa atravessaram a linha da subordinação constitucional ao tornar públicas suas insatisfações. Eivados de corporativismo, o posicionamento articulava a credibilidade institucional para, a um só tempo, se distanciar e criticar o governo democraticamente reeleito em 2014 para a presidência da república, expondo a dicotomia também presente nos limites impostos à cooperação com os trabalhos. Anos mais tarde, o general Eduardo Villas Bôas, nomeado a comandante do Exército em 2015, pela presidenta Dilma Rousseff, reconheceu que os trabalhos da Comissão foi o ponto de ruptura entre as Forças Armadas e os governos petistas, incorrendo no posterior apoio pela execução do impeachment (Castro, 2021). Embora o impasse entre Forças Armadas e o governo civil não tenha sido fator determinante, no conflito entre as partes o resultado aparenta outra vez ter sido favorável à insurreição.

Conforme aponta Eduardo Santos (et al., 2024), a atuação política dos militares da ativa, sobretudo aqueles que compõem o ACE, implica de forma ainda mais expressiva dada a autoridade que se difunde sobre toda a corporação, tanto da ativa quanto da reserva. Neste sentido, embora as exposições públicas no lapso de 2015 a 2016 negassem qualquer possibilidade de intervenção no âmbito político, o acompanhamento em estado de atenção denunciava a articulação de bastidores dos generais junto a setores da sociedade civil, entre eles o vice-presidente da república, colocando-se à disposição da destituição presidencial em tela, movimento que também poderia ser visto isoladamente nas falas acirradas de generais

prolixos no debate público (Martins Filho, 2023). Ainda sobre as sombras, a aproximação entre os oficiais e políticos expõem uma aproximação coordenada evidenciada em eventos posteriores, a exemplo da passagem do Comando Militar do Sul em 2015, do general Mourão ao general Pujol, que tinha entre os altos generais o deputado Jair Bolsonaro (Martins Filho, 2023). Incontestemente, o distanciamento temporal nos permite compreender que o evento exprimia o encontro político programático entre setores em torno do: anticomunismo (reatualizado como antipetismo); laços corporativos em defesa da honra e autonomia militar e, sobretudo, a projeção dos militares sobre o Brasil a longo prazo (Santos; Kubik; Cunha, 2024; Schuster; Teixeira da Silva, 2021).

O movimento de encontro ideológico presente nas práticas discursivas que emergiu após a CNV e se arrastou durante todo o ano de 2015 encontrou sua expressão mais acabada no interior do ACE no ano seguinte. Conforme aponta Marcelo Souza (2021), a 304ª Reunião do Alto Comando do Exército (RACE), que reuniu os 17 generais de exército no “forte apache”, em Brasília, embora se tratasse de uma reunião ordinária, o encontro se tornou um marco decisivo para compreender a inserção política dos militares nos anos seguintes. Entre os presentes, todos hoje na reserva, havia um futuro vice-presidente, quatro ministros de Estado, um ministro do Superior Tribunal Militar, um embaixador, presidentes de estatais e secretários em diferentes níveis, evidenciando a projeção política alcançada por aquela geração de oficiais (Barrocal, 2021). Como “o exemplo vem de cima”, a situação dos generais presentes na 304ª RACE ajuda a explicar, ainda que não completamente, o que se seguiu a partir de 2019: a ocupação expressiva de cargos por militares da ativa e da reserva, compondo a tese aqui defendida como a expressão de um verdadeiro Partido Militar (Penido; Mathias, 2021). Essa ocupação foi sustentada por uma associação simbólica entre a imagem pessoal de Bolsonaro e o prestígio institucional das Forças Armadas, conferindo ao governo uma aura de legitimidade que se enraizava na tradição corporativa (Souza, 2021; Santos; Kubik; Cunha, 2024).

A trajetória que vai da reação à CNV até a reunião do Alto Comando em 2016 indica que não se tratava de episódios isolados ou de uma mera retórica corporativa, mas de um movimento estruturado em torno de um encontro programático entre a cúpula militar e o projeto político que se consolidaria em torno dos governos presidenciais seguintes, atingindo seu ápice a partir da chegada de Jair Bolsonaro a presidencial em 2019. Os pronunciamentos e gestos do ACE nesse período devem ser compreendidos menos como discursos opinativos e mais como atos performativos, dotados de força para reorganizar a memória, alinhar valores corporativos e sinalizar à sociedade civil uma disposição de intervenção no jogo

político, mesmo por mecanismos inerentes ao regime democrático. É nesse sentido que a movimentação dos generais não somente ecoava ressentimentos em torno da Comissão da Verdade, mas projetava uma estratégia de longo prazo, assentada no anticomunismo reatualizado, na defesa da honra da corporação e na reafirmação da autonomia militar frente ao poder civil, semelhantes aos traços da linha-dura apontados por Chirio (2012). Essa dimensão performativa é central para compreender a materialização dessas posições no espaço público e fornece o eixo metodológico que orienta a análise empírica a seguir, na qual os discursos militares são tratados como práticas de poder que estruturam a disputa política contemporânea.

### **3 304ª REUNIÃO DO ALTO COMANDO DO EXÉRCITO: A MEMÓRIA COMO MOBILIZAÇÃO POLÍTICA**

A 304ª RACE, realizada em fevereiro de 2016 no Quartel-General em Brasília, tornou-se um marco alegórico para compreender a inserção política da cúpula militar nos anos seguintes. Embora ordinária, esta reunião carrega um peso simbólico que transcende a deliberação interna da Força, pois nela se encontrava reunido o núcleo dirigente que projetaria sua influência para além da caserna. Conforme apontado por Penido e Mathias (2021), o uso de nomeações do executivo federal para cargos de chefia, assessoramento e direção de instituições e empresas estatais é uma prática consolidada nos governos brasileiros que demonstram seu alinhamento ideológico e a base de sustentação. A presença de militares das Forças Armadas, durante os primeiros anos do governo presidencial de Jair Bolsonaro (2019–2022), são apontados pelas autoras que dentre 1.291 cargos à disposição para nomeação presidencial, 444 eram ocupados por militares em cálculo das amostrar de julho de 2020, sendo 71% deles de oficiais do Exército. Não obstante a percepção de que o Exército compõe o núcleo do Partido Militar, a ocupação de cargos apresenta grau de relação de oficiais de alta patente em relação às demais categorias. A despeito, estão entre estes alguns dos generais que compunham a mesa do ACE na foto real da 304ª RACE (Figura 1), conforme pode ser visto abaixo.

**Figura 1** – Foto real da 304ª RACE



Foto: CartaCapital (foto de Marcos Corrêa/PR), 2021.

Embora o conteúdo integral da reunião não seja de conhecimento público, o Comandante do Exército, general Vilas Bôas (2015–2019), destacou em entrevista ao setor de comunicação oficial da corporação a adoção de medidas voltadas para o alinhamento estratégico e operacional da instituição, incluindo pautas sobre plano de carreira, programas orçamentários e vencimentos, reafirmando, ao mesmo tempo, o compromisso com a legalidade, a estabilidade política e a credibilidade institucional junto a sociedade civil (Exército Brasileiro, 2016). Entre os 17 generais de exército que integravam a mesa central da 304ª RACE — todos atualmente na reserva — nota-se que, enquanto participantes institucionais da maior crise político-institucional da Nova República, muitos se projetaram para posições centrais no poder político e administrativo brasileiro nos anos seguintes. O registro da composição da mesa, ilustrada na Figura 1 (Foto real da 304ª RACE) e detalhada na Figura 2 (Identificação dos 17 generais e cargos ocupados até 2021), evidencia que ali estavam um futuro vice-presidente, ministros de Estado, presidentes de estatais, secretários e até um ministro do Superior Tribunal Militar, revelando a amplitude da inserção e influência política atingida por essa geração de oficiais.

**Figura 2 - Identificação dos 17 generais e cargos ocupados até 2021**

Fonte: adaptado de CartaCapital (foto de Marcos Corrêa/PR), 2021.

Os dados atualizados a partir do acesso de atos oficiais do Poder Executivo publicados no Diário Oficial da União – disponibilizado no Apêndice A-, permitem inferir um padrão de proximidade temporal entre a passagem para a reserva e a nomeação dos cargos institucionais assumidos (Quadro 1 – Cargos dos generais presentes na 304ª RACE após passagem para a reserva). A análise evidencia que praticamente todos os 17 generais transitaram para funções de relevo no Estado brasileiro, seja em cargos de confiança no Executivo federal, em estatais estratégicas, em governos estaduais ou em representações diplomáticas. Casos como os de Villas Bôas (Assessor do GSI), Etchegoyen (Ministro-Chefe do GSI), Fernando Azevedo e Silva (Ministro da Defesa) e Hamilton Mourão (Vice-presidente da República e depois Senador) são os mais emblemáticos, mas não isolados. A presença de outros oficiais em postos de direção — como Marco Antônio de Farias no STM, Araken de Albuquerque na POUPEX, Oswaldo Ferreira na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, ou Gerson Menandro como embaixador em Israel — reforça o movimento coletivo de ocupação de posições-chave no Estado. Essa concentração evidencia que a reunião de 2016 funcionou como um verdadeiro “banco de quadros”, revelando a capacidade de projeção da cúpula militar para além da caserna e para o interior da arena política e administrativa nacional.

**Quadro 1 – Cargos dos generais presentes na 304ª RACE após passagem para a reserva**

Nome	Função no Alto Comando (fev. 2016)	Data ingresso na reserva	Cargo/função no governo	Período
Eduardo Dias da Costa Villas Bôas	Comando do Exército	11/01/2019	Assessor especial do ministro do GSI	30/01/2019 – 21/06/2022
Sérgio Westphalen Etchegoyen	Chefe do Estado-Maior	25/11/2016	Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional	12/05/2016 – 31/12/2018
Marco Antônio de Farias	Comando Logístico	STM	Juiz do Supremo Tribunal Militar	16/03/2016
Francisco Carlos Modesto	Departamento-Geral do Pessoal	31/07/2016	Sistema de Defesa, Indústria e Academia de Inovação em São Paulo-SP	20/03/2017 – 01/01/2027
Araken de Albuquerque	Comando de Operações Terrestres	31/07/2016	Presidente da Fundação Habitacional do Exército (POUPEX)	22/02/2019 – 12/04/2023
Oswaldo de Jesus Ferreira	Departamento de Engenharia	06/04/2016	Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	01/02/2019 – 28/02/2023
Gerson Menandro Garcia de Freitas	Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (CHOC/MD)	31/07/2017	Embaixador do Brasil em Tel Aviv – Ordenador de Despesa	21/12/2020 – 23/03/2023
Juarez Aparecido de Paula	Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército (DCT)	21/03/2018	Comando dos Correios com Temer e Bolsonaro	30/11/2018 – 31/06/2019
Antonio Hamilton Martins Mourão	Comando Militar do Sul	28/02/2018	Vice-Presidente da República (2019–2022); Senador da República (2023–2030)	01/01/2019 – 31/12/2030

Nome	Função no Alto Comando (fev. 2016)	Data ingresso na reserva	Cargo/função no governo	Período
Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira	Comando Militar da Amazônia	21/03/2018	Secretário Nacional de Segurança Pública; Candidato a governador do Ceará (PSDB)	01/01/2019 – 13/05/2020
João Camilo Pires de Campos	Departamento de Educação e Cultura	21/03/2018	Secretário de Segurança Pública do Estado de SP	01/01/2019 – 31/12/2022
Fernando Azevedo e Silva	Comando Militar do Leste	30/03/2021	Assessor especial da presidência no STF; Ministro da Defesa	01/01/2019 – 29/03/2021
Manoel Luiz Narvaz Pafiadache	Comando Militar do Nordeste	30/08/2018	Secretário de Saúde do Distrito Federal	27/08/2021 – 06/06/2022
Edson Leal Pujol	Secretaria de Economia e Finanças	09/04/2021	Comandante do Exército Brasileiro	01/01/2019 – 30/03/2021
Paulo Humberto César de Oliveira	Comando Militar do Oeste	31/03/2019	Presidente da Postalís (fundo de pensão dos Correios)	20/12/2019 – 18/01/2023
Mauro Cesar Lourena Cid	Comando Militar do Sudeste	13/06/2019	Chefe do escritório da Apex em Miami	31/12/2019 – 03/01/2023
Carlos Alberto Neiva Barcellos	Comando Militar do Norte	21/09/2019	Conselheiro militar da missão diplomática do Brasil na Conferência de Desarmamento da ONU (Genebra)	28/03/2020 – 28/03/2022

Fonte: Elaboração própria a partir de dados oficiais do Diário Oficial da União (2016–2023) e reportagem da CartaCapital (Marcos Corrêa/PR, 2021)

Embora a presença se apresente como de ocupação de cargos individuais, técnica e sem relação com o histórico militar, a trajetória dos generais evidência a capilaridade e a natureza programática do movimento, inclusive nos momentos de tensão ou ruptura com o governo civil. Alguns episódios são ilustrativos ao evidenciar a fissura de interesses marcada por viés ideológico, a exemplo do general Juarez Aparecido de Paula, ao deixar o comando dos Correios após exposição reticente a privatização e partidarização com divergências políticas do presidente, e Fernando Azevedo e Silva, exonerado a pedido do Ministério da Defesa em meio a divergências sobre as funções militares com o presidente Bolsonaro em 2021, revelam

que a inserção militar não se deu de forma homogênea nem passiva, mas carregada de disputas internas e sinalizações políticas. O mesmo ocorre com o general Theophilo, candidato ao governo do Ceará pelo Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), que evidencia a dimensão eleitoral do movimento. Essas saídas e reposicionamentos demonstram que a presença dos generais nos governos Temer e Bolsonaro não deve ser interpretada como mera cooptação, mas como parte de uma estratégia de ocupação e preservação de autonomia, na qual o alinhamento ideológico – reatualizado no antipetismo – operava como eixo estruturante. Assim, os dados indicam que o Partido Militar não somente se projetou institucionalmente, mas soube usar tanto as permanências quanto as rupturas como formas de afirmar sua centralidade no jogo político.

Se a movimentação para cargos civis de relevo já revelava a centralidade dos oficiais, suas manifestações públicas nos anos em que ainda estavam na ativa ou no ACE indicam o horizonte ideológico que sustentaria tal inserção. A memória da ditadura militar, nesse contexto, funcionou como elemento aglutinador, reaparecendo recorrentemente como recurso de legitimação: seja na relativização das violações denunciadas pela CNV — como fez Villas Bôas ao criticar a “limitação” das investigações (Wiltgen, 2015) —, seja na reatualização de símbolos autoritários, a exemplo da homenagem de Mourão ao coronel Ustra (Oliveira, 2015). Em outras ocasiões, como no discurso de Theóphilo que descreveu 1964 como um “contragolpe democrático”, a própria narrativa do golpe foi ressignificada em chave positiva, reafirmando a ideia de que o Exército permanece guardião da ordem e da legalidade (Teodoro, 2023). Mais do que episódios isolados, essas falas revelam um núcleo de identidade institucional que articula tutela militar, resistência ao controle civil e reinterpretação do passado autoritário – conforme categorização organizada no Apêndice B, conformando um horizonte hegemônico que deu sustentação à projeção política desses oficiais nos anos seguintes.

Assim, a 304ª RACE pode ser compreendida não somente como um encontro institucional ordinário, mas como um evento discursivo que condensa e projeta práticas de poder típicas do generalato brasileiro. Seguindo a abordagem sociocognitiva de van Dijk (2015), a reunião se torna inteligível enquanto revela como estruturas simbólicas – memória da ditadura, narrativa do “contragolpe”, referências à ordem e à legalidade – se articulam às estratégias materiais de ocupação de cargos e influência política. O entrelaçamento entre discurso e prática institucional, entre memória e projeção, evidencia que a reunião de 2016 não foi somente um retrato estático, mas um ponto de inflexão a partir do qual a identidade militar se reatualizou e se mobilizou como recurso de legitimação no espaço público –

conforme sistematização do Apêndice C. Ao cotejar os dados empíricos sobre a trajetória dos 17 generais com a análise de suas falas e posicionamentos, observa-se que o Partido Militar opera simultaneamente no plano simbólico e no plano estrutural, reforçando a naturalização de sua centralidade no Estado. Trata-se, portanto, de um caso paradigmático para compreender como a memória autoritária, longe de se restringir ao passado, se converte em dispositivo ativo de mobilização política no presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da 304ª Reunião do Alto Comando do Exército revelou que, para além de constituir uma rotina administrativa, o encontro de 2016 funcionou como um marco ilustrativo de mobilização política da cúpula militar, em um momento de tensões entre a instituição castrense e o governo civil. O levantamento das trajetórias dos 17 generais presentes, somado às manifestações públicas que reatualizaram a memória da ditadura em chave positiva, permite afirmar que a reunião operou como verdadeiro “banco de quadros”, irradiando lideranças para cargos de alta relevância no Executivo, em estatais estratégicas, em governos estaduais e em representações diplomáticas. Ao mesmo tempo, esse movimento revelou a persistência de um núcleo de identidade institucional que articula tutela militar, resistência ao controle civil e ressignificação do passado autoritário como horizonte legitimador. Em outros termos, a 304ª RACE não foi somente um evento, mas um ponto de inflexão que consolidou a capacidade do Exército de se projetar como ator coletivo e programático no interior da democracia, conformando aquilo que a literatura recente tem denominado Partido Militar.

Ao cotejar teoria e empiria, este estudo demonstra como a memória da ditadura se converteu em recurso político mobilizável, sustentando a inserção institucional dos generais e permitindo que a cúpula militar disputasse espaços centrais no Estado brasileiro. O processo, reconstruído por meio da lógica do *process tracing* (Apêndice D), evidencia a sequência causal que liga os impasses abertos pela CNV, a reunião de 2016 e a posterior centralidade militar nos governos Temer e Bolsonaro. Nesse sentido, a trajetória analisada confirma os limites da transição democrática brasileira: a permanência de mecanismos de exceção, a fragilidade do controle civil e a reatualização de uma legitimidade tutelar por parte das Forças Armadas. Mais do que um legado histórico, trata-se de uma dinâmica presente que reconfigura os termos da disputa democrática no país. Como agenda futura, abre-se a necessidade de investigar os impactos sobre os encaminhamentos das recomendações elaboradas pela Comissão, as interações entre elites civis e militares e o impacto eleitoral da

mobilização castrense, de modo a compreender de forma mais ampla os contornos da permanência de quistos autoritários na democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS

BARROCAL, André. **O generalato invade a vida nacional e age como um autêntico “partido militar”**. CartaCapital, São Paulo, 7 out. 2021. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/educacao-da-semana/o-generalato-invade-a-vida-nacional-e-age-como-um-autentico-partido-militar/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2019.

CASTRO, Celso (Org.). **General Villas Bôas: conversa com o comandante** – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade** – Brasília: Enap, 2018.

D'ARAÚJO, Maria C. O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.28, no 48, p.573–597: jul/dez. 2012.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Veja como foi a Primeira Reunião do Alto-Comando do Exército em 2016** (RACE 304). YouTube, 11 fev. 2016. Canal CCSE1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-S4iU2jZ9E8>. Acesso em: 28 ago. 2025.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. **O Coronel Jarbas Passarinho e a ditadura militar: o último intelectual orgânico?** In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos; EdUFSCar, 2014, p. 201-223.

GALLO, Carlos A. **Da resistência à negação: uma análise da relação entre as forças armadas e a Comissão Nacional da Verdade**. In: D'ARAÚJO, Maria C. REZENDE, Lucas P. (Orgs.). **Forças armadas e política no Brasil republicano, volume 2**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024, p. 101-117.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares** – 2 ed rev. atual – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016

LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional**-militares e política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

LINZ, Juan J; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia** – a experiência do sul da Europa e da América do Sul. Tradução de Patrícia de Queiróz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 2v.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A eloquência do general**. Le Monde Diplomatique Brasil, 19 jan. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-eloquencia-do-general/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

OLIVEIRA, Renato. **Homenagem do Exército a coronel Ustra em Santa Maria gera indignação**. Correio do Povo, Porto Alegre, 29 out. 2015. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/homenagem-do-ex%C3%A9rcito-a-coronel-ustra-em-santa-maria-gera-indigna%C3%A7%C3%A3o-1.186322>. Acesso em: 28 ago. 2025.

PEIXOTO, Antônio C. **Exército e política no Brasil**: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain. Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 27-42.

PENIDO, Ana; MATHIAS, Suzeley K. Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro. **Anuário Latino-Americano** — Ciências Políticas y Relaciones Internacionales, [S.L.], v. 11, p. 63–82, 5 nov. 2021. Maria Curie-Sklodowska University. <http://dx.doi.org/10.17951/al.2021.11.63-82>. Disponível em: <https://journals.umcs.pl/al/article/view/13030>. Acesso em: 01 ago. 2024.

ROLLEMBERG, Denise. **Esquecimento das memórias**. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas. São Carlos; EdUFSCar, 2014, p. 81-91.

ROUQUIÉ, Alain. **“Partidos Militares”**. In \_\_\_\_\_. Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 12-16.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus; KUBIK, Erika; CUNHA, Paulo Ribeiro da. Controle civil sob ameaça? Militarismo, politização e radicalização dos militares no Brasil de Bolsonaro. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 11, n. 2, p. 107-133, jul./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.26792/RBED.v11n2.2024.75403>. ISSN 2358-3932.

SCHURSTER, Karl; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. (2021). Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. **Relaciones Internacionales**, 30(60), 130, 2021, <https://doi.org/10.24215/23142766e130> — Acesso em: 02 ago. 2024.

SOUZA, Marcelo P. J. “**A Palavra convence e o exemplo arrasta**”. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). Os militares e a crise brasileira. São Paulo: Alameda, 2021, p. 125–142

STEPAN, Alfred C. **Os militares**: da abertura à nova república. Tradução: Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

TEODORO, Plínio. **Irmão de ex-secretário de Bolsonaro, general tenta golpe para controlar força de elite do Exército**. Revista Fórum, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2023/8/22/irmo-de-ex-secretario-de-bolsonaro-general-tenta-golpe-para-controlar-fora-de-elite-do-exercito-142741.html>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VAN DIJK, Teun A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Letrônica**, [S. l.], p. s8-s29, 2016. DOI: 10.15448/1984-4301.2016.s.23189. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/letronica/article/view/23189>. Acesso em: 18 jun. 2025.

VICTOR, Fabio. **Poder Camuflado**: Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

WILTGEN, Guilherme. **Eduardo Dias da Costa Villas Bôas**: “Não há possibilidade de intervenção militar”. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/exercito/eduardo-dias-da-costa-villas-boas-nao-ha-possibilidade-de-intervencao-militar>. Acesso em: 28 ago. 2025.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor L. **O legado da transição na agenda democrática para a defesa**: os casos brasileiro e argentino. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luiz (Org.). Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentinam, no Brasil, no Chile e no Uruguai. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 33-72.

#### **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:**

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no artigo e na seção "Apêndices".

**FINANCIAMENTO:** O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:** Matheus Balbino Gomes contribuiu com conceitualização, metodologia, investigação, curadoria de dados, análise formal, redação do rascunho original e visualização; e Maria do Socorro Sousa Braga contribuiu com supervisão, revisão e edição do texto e administração do projeto.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** Os autores declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

**MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:**

**Matheus Balbino Gomes** é mestrando em Ciência Política pela UFSCar, bacharel em Ciências Sociais pela UFPB, com pesquisa sobre justiça de transição, democracia e ditadura militar, e atua em grupos de pesquisa sobre memória, política e partidos latino-americanos.

**Maria do Socorro Sousa Braga** é doutora em Ciência Política pela USP, professora titular na UFSCar, pesquisadora da FAPESP e CNPq, com ênfase em instituições e comportamento político, partidos, eleições e representação política.

**APÊNDICES**

**Apêndice A – Gerais do Alto Comando do Exército: funções, períodos de comando, reserva e cargos em 2014**

ID	Nome	Função no Alto Comando	Período de Comando	Reserva	Posto/Cargo em 2014
GEB 1	Eduardo Dias da Costa Villas Bôas	Comando do Exército	05/02/2015 - 11/01/2019	11/01/2019	Comando de Operações Terrestres (Coter)
GEB 2	Sérgio Westphalen Etchegoyen	Chefe do Estado-Maior	12/03/2015 - 01/05/2016	25/11/2016	Departamento-Geral do Pessoal do Exército
GEB 3	Marco Antônio de Farias	Comando Logístico	11/05/2012 - 14/04/2016	-	Comando Logístico
GEB 4	Francisco Carlos Modesto	Departamento-Geral do Pessoal	27/03/2015 - 12/08/2016	31/07/2016	Comando Militar do Leste
GEB 5	Araken de Albuquerque	Comando de Operações Terrestres	16/01/2015 - 23/08/2016	31/07/2016	Secretário de Economia e Finanças do Exército
GEB 6	Oswaldo de Jesus Ferreira	Departamento de Engenharia	01/01/2016 - 01/04/2018	06/04/2016	Comandante Militar do Norte
GEB 7	Gerson Menandro Garcia de Freitas	Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (CHOC/MD)	2014-10/03/2016	31/07/2017	Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE)
GEB 8	Juarez Aparecido de Paula	Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército (DCI)	11/06/2015 - 20/03/2018	21/03/2018	Comando Militar do Oeste
GEB 9	Antonio Hamilton Martins Mourão	Comando Militar do Sul	28/04/2014 - 26/01/2016	28/02/2018	Comando Militar do Sul
GEB 10	Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira	Comando Militar da Amazônia	09/04/2014 - 15/04/2016	21/03/2018	Comando Militar da Amazônia
GEB 11	João Camilo Pires de Campos	Departamento de Educação e Cultura	01/09/2015 - 01/04/2017	21/03/2018	Comando Militar do Sudeste
GEB 12	Fernando Azevedo e Silva	Comando Militar do Leste	30/03/2015 - 23/09/2016	30/03/2021	Autoridade Pública Olímpica (APO)
GEB 13	Manoel Luiz Narvaz Pafiadache	Comando Militar do Nordeste	13/08/2014 - 12/08/2016	30/08/2018	Comando Militar do Nordeste
GEB 14	Edson Leal Pujol	Secretaria de Economia e Finanças	11/04/2015 - 22/02/2016	09/04/2021	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência
GEB 15	Paulo Humberto César de Oliveira	Comando Militar do Oeste	30/04/2015 - 14/10/2016	31/03/2019	Vice-chefe do Departamento Geral do Pessoal
GEB 16	Mauro Cesar Lourena Cid	Comando Militar do Sudeste	28/08/2015 - 05/05/2017	13/06/2019	Chefe de Gabinete do comandante do Exército
GEB 17	Carlos Alberto Neiva Barcellos	Comando Militar do Norte	30/11/2015 - 20/04/2018	21/09/2019	Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DOU (2016-2019)

**Apêndice B** - Fontes documentais e categorização de falas do Alto Comando do Exército sobre memória e política

ID	Fonte	Data	Tipo de Manifestação	Falas relacionadas a ditadura militar	Categorização
GEB 01	<a href="https://www.defesaereanaval.com.br/exercito/eduardo-dias-da-costa-villas-boas-nao-ha-possibilidade-de-intervencao-militar">https://www.defesaereanaval.com.br/exercito/eduardo-dias-da-costa-villas-boas-nao-ha-possibilidade-de-intervencao-militar</a>	11/10/2015	Entrevista	"houve uma frustração da nossa parte quando a comissão se limitou no tempo em relação ao que foi criada (para apurar violações de direitos humanos entre 1946 e 1988) e no campo de atuação, investigando somente os órgãos de Estado." "Como não houve apuração dos dois lados, sempre ficam questões latentes."	Linha-dura reatualizada (negacionismo e relativização das violações) + Autonomia militar (questiona o processo de justiça de transição)
GEB 01	<a href="https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/em-velorio-filho-defende-ex-ministro-leonidas-pires-goncalves-de-acusacoes-1jc7ho0chxbwrv6v01e22ysm2/">https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/em-velorio-filho-defende-ex-ministro-leonidas-pires-goncalves-de-acusacoes-1jc7ho0chxbwrv6v01e22ysm2/</a>	06/06/2015	Velório Leonidas Pires	O comandante do Exército, foi o primeiro a discursar. "Os soldados do seu Exército não consentirão que a retidão de seu caráter e a transcendência de sua alma sejam maculados por versões históricas capciosas", afirmou.	Tutela militar e identidade institucional (defesa da "retidão" contra "versões capciosas" — proteção simbólica da memória castrense)
GEB 02	<a href="https://www.estadao.com.br/politica/primeiro-general-da-ativa-chama-relatorio-da-comissao-da-verdade-de-leviano/?srsltid=AfmBOorZq_KIjKo3th_AqwQIbcDRF5M6LNlhwmbhv36FrKibB2cevQf">https://www.estadao.com.br/politica/primeiro-general-da-ativa-chama-relatorio-da-comissao-da-verdade-de-leviano/?srsltid=AfmBOorZq_KIjKo3th_AqwQIbcDRF5M6LNlhwmbhv36FrKibB2cevQf</a>	11/12/2014	Nota	Nota a imprensa considera o relatório leviano	Linha-dura reatualizada (rejeição frontal à apuração da ditadura)
GEB 04	<a href="https://marreta.pedomannual.com/p/https://www.estadao.com.br/politica/comissao-da-verdade-deixa-quartel-no-rio-sem-visita-lo/">https://marreta.pedomannual.com/p/https://www.estadao.com.br/politica/comissao-da-verdade-deixa-quartel-no-rio-sem-visita-lo/</a>	21/08/2013	Notícia Estadão	O Comando Militar do Leste divulgou nota oficial na qual alega que o Comando do Exército está vinculado ao Ministério da Defesa e não se subordina à Lei Estadual 6335/2012, que criou a Comissão Estadual da Verdade.	Autonomia militar e resistência ao controle civil (nega legitimidade de comissão civil, reforça subordinação apenas ao MD)
GEB 09	<a href="http://www.monicalcapp.com.br/2015/04/homenagem-ao-dia-do-exercito-brasileiro.html">http://www.monicalcapp.com.br/2015/04/homenagem-ao-dia-do-exercito-brasileiro.html</a>	16/04/2015	Homenagem ao Dia do Exército	Os militares do Comando Militar do Sul são homenageados na Câmara de POA, as falas da deputada tem aspectos de militares apartidários, mas a intonação e referências não condizem. Apesar de não ser propriamente do general, diz muito sobre a vinculação entre os políticos da direita (PP) e os oficiais.	Partido militar e mobilização simbólica (articulação entre políticos da direita e oficiais)
GEB 09	<a href="https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/homenagem-do-ex%C3%A9rcito-a-coronel-ustra-em-santa-maria-gera-indign%C3%A7%C3%A3o-1.186322">https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/homenagem-do-ex%C3%A9rcito-a-coronel-ustra-em-santa-maria-gera-indign%C3%A7%C3%A3o-1.186322</a>	29/10/2015	Homenagem do Exército a coronel Ustra	Uma homenagem póstuma prestada pelo Exército ao coronel Carlos Alberto Brillante Ustra, em Santa Maria, gerou indignação nas redes sociais e manifestações de repúdio por parte de entidades que defendem os direitos humanos. [...] O Comando local teria informado que a determinação partiu do comandante Militar do Sul, general Antônio Hamilton Martins Mourão.	Linha-dura reatualizada (exaltação de torturador) + Mobilização simbólica
GEB 09	<a href="https://marreta.pedomannual.com/p/https://www.estadao.com.br/politica/comandante-do-exercito-demite-general-que-pediu-despertar-de-luta-patriotica/">https://marreta.pedomannual.com/p/https://www.estadao.com.br/politica/comandante-do-exercito-demite-general-que-pediu-despertar-de-luta-patriotica/</a>	29/10/2015	Comandante do Exército demite general que pediu 'despertar de luta patriótica'	A decisão de afastá-lo do comando foi tomada em virtude das declarações dadas a oficiais da reserva na qual fez duras críticas à classe política, ao governo e convocou os presentes para "o despertar de uma luta patriótica". Em palestra, há pouco mais de um mês, o comandante militar do Sul fez também críticas indiretas à presidente Dilma Rousseff e, ao comentar a possibilidade de impeachment de Dilma, disse que "a mera substituição da PR (presidente da República) não trará mudança significativa no 'status quo'" e que "a vantagem da mudança seria o descarte da incompetência, má gestão e corrupção". O general Mourão afirmou ainda que "a maioria dos políticos de hoje parecem privados de atributos intelectuais próprios e de ideologias, enquanto dominam a técnica de apresentar grandes ilusões". A gota d'água para o afastamento do general Mourão veio no início da semana, quando o Comando Militar do Sul fez uma homenagem póstuma ao coronel Brillante Ustra, acusado de torturar presos durante o regime militar.	Política castrense (críticas ao governo e convocação a "luta patriótica")

**Apêndice B** - Fontes documentais e categorização de falas do Alto Comando do Exército sobre memória e política (continuação)

ID	Fonte	Data	Tipo de Manifestação	Falas relacionadas a ditadura militar	Categorização
GEB 10	<a href="https://revistaforum.com.br/opiniaio/2023/8/22/irmo-de-ex-secretario-de-bolsonaro-general-tenta-golpe-para-controlar-fora-de-elite-do-exercito-142741.html">https://revistaforum.com.br/opiniaio/2023/8/22/irmo-de-ex-secretario-de-bolsonaro-general-tenta-golpe-para-controlar-fora-de-elite-do-exercito-142741.html</a>	22/08/2013	Irmão de ex-secretário de Bolsonaro, general tenta golpe para controlar força de elite do Exército	<p>Antes de ser nomeado por Moro, ainda durante a campanha ao governo do Ceará, Guilherme Theophilo afirmou em entrevista que "não houve ditadura militar no Brasil".</p> <p>“Primeiro, não é golpe, chama-se contragolpe democrático de 64. Estava à beira de ter um golpe através do senhor João Goulart, que levaria o nosso país ao socialismo. Esse era o golpe que ia ser dado. Estava tudo caminhando para isso, o Che Guevara tinha recebido uma medalha de honra que poucos recebem, a Ordem do Rio Branco... Então um herói cearense, chamado Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, liderou um contragolpe democrático que levou o país a corrigir toda essa estrutura comunista que estava sendo implantada”, afirmou em agosto de 2018.</p> <p>Na ocasião, Theophilo ainda atacou a Comissão da Verdade, que apurava os crimes de militares na ditadura, e defendeu o "regime de exceção" no Brasil.</p> <p>“O Brasil precisava de um regime de exceção. Não é ditadura. Não houve ditadura no Brasil. Um regime de exceção é um regime forte”, vociferou.</p>	Linha-dura reatualizada (nega ditadura, fala em “contragolpe democrático”) + Autonomia militar (ataque à CNV)
GEB 11	<a href="https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/o-que-pensa-cupula-militar-brasileira-23878357">https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/o-que-pensa-cupula-militar-brasileira-23878357</a>	15/08/2019	O que pensa a cúpula militar brasileira	<p>Ao mesmo tempo que os generais reservistas refletiam sobre a candidatura na qual haviam se envolvido, na alta cúpula do Exército, o tucano Geraldo Alekmin era visto como alternativa conveniente. Então comandante-geral da Força, o general Eduardo Villas Bôas havia recomendado ao general João Camilo Pires de Campos, ex-comandante militar do Sudeste e recém-ingressado na reserva, que auxiliasse o candidato paulista em sua campanha. As preferências dos generais da ativa se dividiam entre Ciro Gomes e Alekmin. Mas o pedetista dinamitou pontes com o Exército ao dizer, em sabatina promovida pelo Globo, que uma declaração dada por Villas Bôas — de que a legitimidade do próximo presidente poderia ser questionada por adversários — tinha o intuito de “acalmar cadelas no cio que, embaixo dele, estão se animando”. A frase, que fazia referência aos radicais das Forças, foi recebida com indignação pelos comandos e implodiu os votos que Ciro poderia vir a ter entre os mais graduados.</p>	Politização castrense (militares opinando e interferindo na arena eleitoral)
GEB 12	<a href="https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56582275">https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56582275</a>	30/03/2021	Ministros do STF ficam 'surpresos' com demissões e avaliam que Bolsonaro tentou 'politizar' Forças Armadas	<p>Na avaliação do presidente do Supremo, a saída de Azevedo, que continua sendo "uma figura importante" no Exército, indica que a cúpula das Forças Armadas está comprometida com a democracia. Azevedo, que é tido como um militar moderado, também teria dito a ministros que deixou o cargo porque estava insatisfeito e "não era ouvido".</p>	Tutela militar (imagem de “moderado” guardião da democracia)
GEB 12	<a href="https://marreta.pcdomanual.com/p/https://www.estadao.com.br/politica/ao-lado-de-bolsonaro-ministro-da-defesa-sobrevoa-manifestacao-antidemocratica-em-brasilia/">https://marreta.pcdomanual.com/p/https://www.estadao.com.br/politica/ao-lado-de-bolsonaro-ministro-da-defesa-sobrevoa-manifestacao-antidemocratica-em-brasilia/</a>	31/05/2020	Ao lado de Bolsonaro, ministro da Defesa sobrevoa manifestação a favor do governo em Brasília	<p>O ministro da Defesa, Fernando Azevedo, sobrevoou na manhã deste domingo, 31, ao lado do presidente Jair Bolsonaro, uma manifestação de aliados do chefe do Executivo marcada por faixas contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e a favor de intervenção militar.</p>	Partido militar e mobilização simbólica (adesão explícita a ato antidemocrático)

**Apêndice B** - Fontes documentais e categorização de falas do Alto Comando do Exército sobre memória e política (conclusão)

ID	Fonte	Data	Tipo de Manifestação	Falas relacionadas a ditadura militar	Categorização
GEB 12	<a href="https://www.jota.info/stf/do-supremo/toffoli-um-articulador-entre-os-poderes">https://www.jota.info/stf/do-supremo/toffoli-um-articulador-entre-os-poderes</a>	14/09/2019	O primeiro ano de Toffoli como presidente do Supremo	<p>Toffoli não tardou a dar a primeira sinalização ao favorito da corrida ao Palácio do Planalto: afirmou preferir chamar de movimento o golpe que derrubou João Goulart e implementou a ditadura civil-militar no país, em 1964.</p> <p>E, com o mesmo objetivo de estabelecer uma ponte com os militares, classe que assumia novo protagonismo, convidou um general para compor sua equipe, algo inédito na história do STF. Fernando Azevedo e Silva, general da reserva do Exército, foi indicação do então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas. Fernando Azevedo tem vínculos estreitos com Bolsonaro, o vice-presidente Hamilton Mourão e a cúpula do Exército.</p>	Política castrense (ocupação de espaço institucional no STF)
GEB 12	<a href="https://apublica.org/2019/04/ministerio-dos-direitos-humanos-nega-33-pedidos-de-anistia-para-cada-solicitacao-aprovada/">https://apublica.org/2019/04/ministerio-dos-direitos-humanos-nega-33-pedidos-de-anistia-para-cada-solicitacao-aprovada/</a>	16/04/2019	Ministério dos Direitos Humanos nega 33 pedidos de anistia para cada solicitação aprovada	<p>Outros membros recém-empossados da Comissão de Anistia também têm ligação com o Exército e com o Ministério da Defesa. O juiz Aécio de Souza Melo Filho, do Tribunal Regional Estadual do Pernambuco, ganhou um “diploma de colaborador emérito do Exército Brasileiro” em 2017. Os requisitos para ganhar o diploma são: possuir “elevado conceito” na classe e na comunidade à qual pertence e ter realizado algo em prol dos interesses do Exército “e seu bom nome”. Já Sávio Luciano de Andrade Filho é servidor no Ministério da Defesa desde 2007. Sua função é de assessor no gabinete do ministro general do Exército Fernando Azevedo e Silva.</p>	Autonomia militar e resistência ao controle civil (controle da memória e da justiça transicional)
GEB 12	<a href="https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-diz-que-forcas-armadas-sao-ancora-de-seu-governo,bbb67b10138fcd742a42ae30690c175afe8yhlw6.html">https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-diz-que-forcas-armadas-sao-ancora-de-seu-governo,bbb67b10138fcd742a42ae30690c175afe8yhlw6.html</a>	09/12/2019	Bolsonaro diz que Forças Armadas são âncora de seu governo	<p>No mesmo evento, o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, reconheceu o "cuidado especial" que as Forças Armadas têm recebido do governo Bolsonaro e comemorou a aprovação do projeto de lei de reestruturação da carreira e da aposentadoria dos militares.</p> <p>"Faltava preencher um vazio de décadas, resgatar o que temos de mais valioso: o militar e sua família. O projeto aprovado semana passada representou possivelmente o mais importante de 2019, corrigindo distorções, valorizando a meritocracia. Representou mais um esforço dos militares para o esforço fiscal do país", disse o ministro.</p>	Partido militar e mobilização simbólica (adesão do MD a Bolsonaro)
GEB 12	<a href="https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/cupula-das-forcas-armadas-diz-que-golpe-de-64-cessou-escalada-ao-totalitarismo/">https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/cupula-das-forcas-armadas-diz-que-golpe-de-64-cessou-escalada-ao-totalitarismo/</a>	27/03/2019	Cúpula das Forças Armadas diz que golpe de 64 cessou ‘escalada ao totalitarismo’	<p>A cúpula das Forças Armadas e o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, assinaram um documento que vai ser lido nos quartéis para marcar o aniversário de 55 anos do golpe militar de 1964.</p> <p>O texto, divulgado nesta quarta-feira (27) pelo Ministério da Defesa, afirma, sem mencionar “golpe militar”, que ascensão dos militares ao poder se deu para interromper “a escalada em direção ao totalitarismo” (leia a íntegra do documento ao final desta reportagem). De acordo com a Defesa, a ordem do dia deverá ser lida nas unidades militares “em atividades rotineiras” até a próxima sexta-feira (29).</p>	Linha-dura reatualizada (justificação do golpe)
GEB 14	<a href="https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/28/comandante-do-exercito-diz-que-forcas-armadas-nao-se-arrependem-do-golpe.htm">https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/28/comandante-do-exercito-diz-que-forcas-armadas-nao-se-arrependem-do-golpe.htm</a>	28/03/2019	Entrevista UOL	<p>Em meio às polêmicas sobre a determinação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) para que os militares celebrassem os 55 anos do golpe de 1964, o comandante do Exército, general Edson Leal Pujol, disse que as Forças Armadas não se arrependem do golpe, não reconhecido pelos militares. "Se arrependem? Do 31 de março? Não"</p>	Linha-dura reatualizada
GEB 14	<a href="https://averdade.org.br/2017/10/as-aproximacoes-sucessivas-e-tentativa-de-um-novo-golpe-militar/">https://averdade.org.br/2017/10/as-aproximacoes-sucessivas-e-tentativa-de-um-novo-golpe-militar/</a>	20/10/2017	A Verdade	<p>No mesmo caminho, o também membro do Alto Comando do Exército, General Edson Leal Pujol, do Comando Militar do Sul, proferiu palestra junto aos empresários da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre, onde enfatizou não estar satisfeito com a situação do país e que, quem também não estivesse, deveria ir às ruas se manifestar, dizendo ainda que não o fazia porque sua hierarquia não permitia.</p>	Política castrense (convocação à mobilização contra governo/situação política)

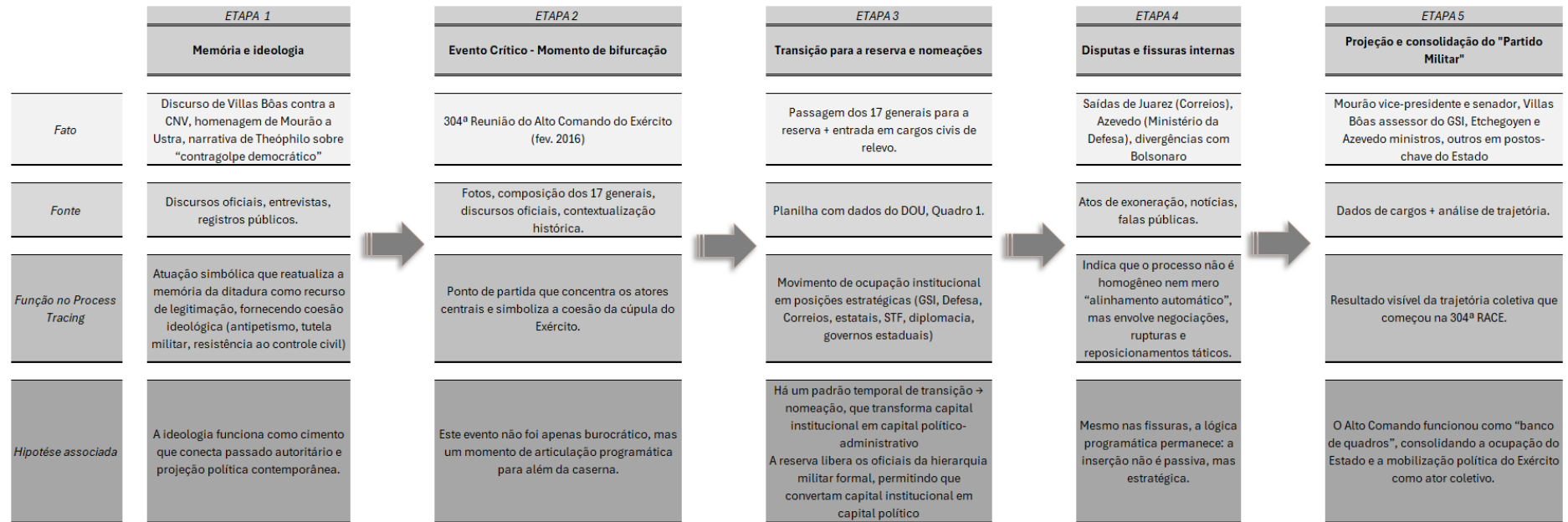
Fonte: Elaboração e categorização própria a partir de informações veiculadas na mídia.

**Apêndice C - Quadro de participação de oficiais-generais em cargos civis e governamentais (2016–2023)**

ID	Nome	Cargo/função no governo	Período	Motivo de Saída
GEB 1	Eduardo Dias da Costa Villas Bôas	Assessor especial do ministro do GSI	30/01/2019 - 21/06/2022	À pedido por problemas de saúde
GEB 2	Sérgio Westphalen Etchegoyen	Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional	12/05/2016 - 31/12/2018	Mudança de Governo
GEB 3	Marco Antônio de Farias	Juiz do Supremo Tribunal Militar	16/03/2016	Continua compondo o STM
GEB 4	Francisco Carlos Modesto	Sistema de Defesa, Indústria e Academia de Inovação em São Paulo-SP	20/03/2017 - 01/01/2027	Prestador de Tarefa por Tempo Certo, o General de Exército Reformado (0258195411)
GEB 5	Araken de Albuquerque	Presidente da Fundação Habitacional do Exército (POUPEX)	22/02/2019 - 12/04/2023	Mudança de Governo
GEB 6	Oswaldo de Jesus Ferreira	Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	01/02/2019 - 28/02/2023	Mudança de Governo
GEB 7	Gerson Menandro Garcia de Freitas	Embaixador do Brasil em Tel Aviv - Ordenador de Despesa	21/12/2020 - 23/03/2023	Mudança de Governo
GEB 8	Juarez Aparecido de Paula	Comandou os Correios com Temer e Bolsonaro	30/11/2018 - 31/06/2019	Tido pelo presidente como "sindicalista"
GEB 9	Antonio Hamilton Martins Mourão	Vice-Presidente do Brasil 2019-2022 Senador da República 2023-2030	01/01/2019 - 31/12/2030	Entrou na política depois das falas contra a CNV
GEB 10	Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira	Secretário Nacional de Segurança Pública Candidato a governador no Ceará 2018 (PSDB)	01/01/2019 - 13/05/2020	Junto com a saída do Sérgio Moro
GEB 11	João Camilo Pires de Campos	Secretário de Segurança Pública do Estado de SP	01/01/2019 - 31/12/2022	Mudança de Governo
GEB 12	Fernando Azevedo e Silva	Assessor especial da presidência no STF Ministro da Defesa	01/01/2019 - 29/03/2021	Pediu demissão, em nome informou sobre manter as FA como instituição de Estado, quando Bolsonaro dizia que iria usa-las, caso houvesse necessidade
GEB 13	Manoel Luiz Narvaz Pafiadache	Secretário de Saúde do Distrito Federal	27/08/2021 - 06/06/2022	
GEB 14	Edson Leal Pujol	Comandante do Exército Brasileiro	01/01/2019 - 30/03/2021	Colocou o cargo à disposição, assim como os demais Comandantes das FA's
GEB 15	Paulo Humberto César de Oliveira	Presidente da Postalís, fundo de pensão Correios	20/12/2019 - 18/01/2023	Mudança de Governo
GEB 16	Mauro Cesar Lourena Cid	Chefe do escritório da Apex em Miami	31/12/2019 - 03/01/2023	Faz parte da investigação nos casos de venda das jóias no governo Bolsonaro
GEB 17	Carlos Alberto Neiva Barcellos	Conselheiro militar da missão diplomática do Brasil na Conferência de Desarmamento da ONU, Genebra	28/03/2020 - 28/03/2022	Tempo de serviço

Fonte: Elaboração e sintetização própria a partir de informações oficiais e veiculadas na mídia.

## Apêndice D - Process tracing da projeção política do Alto-Comando do Exército



Fonte: Elaboração própria dos autores.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.